

Renovar, inovar, rejuvenescer: processos de transmissão, formação e permanência no feminismo brasileiro entre 1980-2010*

Eliane Gonçalves**

RESUMO

Este artigo analisa processos de formação, permanência e perspectivas de futuro em narrativas de três gerações de feministas no Brasil, refletindo sobre estratégias de transmissão em dois âmbitos – Organizações e coletivos; núcleos de pesquisa. Nele, busco responder às perguntas: 1) O que faz o movimento feminista se manter no tempo?; 2) Onde e como o feminismo está se “renovando” de modo mais “eficaz”?; 3) Como está a sua distribuição no tripé “sociedade civil”, universidade, Estado? Concluo que o feminismo é cada vez mais múltiplo embora suas vozes, aparentemente dispersas, confluem para uma agenda comum, pouco variável nas últimas três décadas. Neste cenário intergeracional coexistem discursos que reclamam formas institucionalizadas de organização e outros que advogam uma “autonomia radical” do movimento, enquanto a universidade é apontada como seu principal lócus de rejuvenescimento.

Palavras-chave: Feminismo brasileiro. Transmissão geracional. Movimentos sociais.

-
- 1 Uma versão anterior e consideravelmente menor deste trabalho foi apresentada no GT – 12: Gênero, Feminismo e Transformação social no XVII Congresso Brasileiro de Sociologia realizado em Porto Alegre, em 2015. Sou grata às coordenadoras Clara Araújo e Márcia Macedo, assim como às/aos participantes pelos comentários e sugestões. Agradeço imensamente às companheiras Lenise Santana Borges e Joana Plaza Pinto pela leitura e valiosas sugestões, e também a Tania Tosta, Dijaci Oliveira e Jordão Horta Nunes por outras leituras. Por fim, sou grata aos editores da RBS, em especial a Cynthia Lins Hamlin, pela mediação e comunicação que resultou na edição final ora publicada. Para outros artigos da pesquisa já publicados, conferir: GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza (2011); GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima; OLIVEIRA, Elismennia (2013); GONÇALVES, Eliane (2014); GONÇALVES, Eliane; OLIVEIRA, Elismennia (2016); GONÇALVES, Eliane; FREITAS, Fátima (2016).
 - 2 Doutora em Ciências Sociais. Professora Ajunta IV da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.

ABSTRACT**RENEWING, INNOVATING, REJUVENATING: TRANSMISSION, FORMATION AND PERMANENCE IN BRAZILIAN FEMINISM BETWEEN 1980-2010.**

This article underscores production and reproduction practices through three generations of feminist narratives in Brazil and does it by reflecting on transmission strategies employed in two social domains - Organizations and groups; research centers. Here, I seek to answer the following questions: 1) What does the feminist movement do to keep itself in time?; 2) Where and how feminism is “renewing” itself?; 3) What is the nature of its relation to the tripod “civil society”, university and State? I conclude that feminism is increasingly multiple, but at the same time its voices, albeit apparently scattered, converge to a common agenda which presents little variation in the course of the last three decades. In this intergenerational scenario, discourses claiming institutionalized forms of organization, coexist among others who advocate a “radical autonomy” of the movement, while the university, for its turn, is seen as its main rejuvenation locus.

Key-words: Brazilian feminism, generational transmission, social movements.

1. Introdução

Começo este artigo com uma constatação: o feminismo está na moda. No mercado editorial brasileiro as publicações na temática se avolumam e na blogosfera é impossível contabilizar suas expressões. Podemos “vê-lo” em diversas modalidades e ocasiões – nas ruas, nas redes sociais virtuais, nas universidades, nos discursos políticos, nas publicações, nas artes, o que inclui até mesmo manifestações de artistas famosas contra o sexismo da indústria cinematográfica, a “cultura do machismo” e assim por diante. O que para algumas de nós é sua aparente vitalidade e longevidade, para outras pode ser apenas mais uma novidade ou uma moda. E, claro, a moda contempla também aqueles discursos que lhe são hostis.

Para a tessitura deste artigo pretendo lançar mão de uma característica do feminismo enquanto pensamento, teoria e práxis inseparavelmente. Sendo eu própria sujeito e objeto do tema que trato,

construo esta narrativa a partir do entrelaçamento entre história e memória pessoal e coletiva, ou seja, minhas memórias e as memórias de mulheres e homens feministas acessadas durante a pesquisa¹. Atendo-me à discussão sobre êxitos e frustrações nos processos de transmissão, estabelecendo conexões entre falas de acadêmicas e ativistas.² Este corte nas posições ou lugares de fala é meramente analítico, uma vez que, já sabemos, é impossível querer demarcar uma separação nítida entre esses dois âmbitos de atuação no Brasil para as/ os autodeclaradas/os feministas, condição que norteou a seleção para a pesquisa. O feminismo promove um verdadeiro enlace entre formas de ativismo, e isso não se dá isento de fricções e tensões.

Conduzir uma pesquisa sociológica no campo interdisciplinar dos estudos feministas e de gênero é em primeiro lugar admitir que o trabalho se dá de modo situado, interessado, motivado, localizado e, por isso mesmo, objetivo, porque parcial (HARDING, 1987; HARAWAY, 1995). Segundo, por tratar dos movimentos sociais de uma perspectiva diversa daquela focalizada nos atores coletivos masculinos (tratados como genéricos, totalizantes e universais) dos movimentos do século XIX (EDER, 2001). Uma dessas críticas é, justamente, dirigida à tese evolucionista “emergência-declínio” dos

-
- 1 “Estratégias de transmissão intergeracional no feminismo brasileiro (1980-2010)”, coordenada por mim, com apoio do CNPq (2011-2014). A pesquisa mapeou organizações da sociedade civil e núcleos de pesquisa vinculados ao diretório do CNPq autodeclarados *feministas* em suas identidades (nomes) ou linhas de ação e pesquisa (no caso dos núcleos). As 43 entrevistas foram realizadas no período de 2013-2014 com indivíduos de ambos os sexos, identificados como participantes ou líderes de cada organização ou núcleo das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, e nem todas foram inseridas no presente trabalho, sendo objeto de outras publicações. Cientes das limitações resultantes das escolhas e caminhos metodológicos, e também de recursos, incluindo tempo, deslocamentos e tentativas frustradas de resposta, a que todo estudo está sujeito, este artigo possui lacunas. Espero que o debate seja produtivo e promissor dentro e fora das ciências sociais.
 - 2 Uma observação pertinente: não é incomum no feminismo brasileiro o pertencimento a esses dois âmbitos de atuação, os grupos e as universidades, simultaneamente. Quando não são docentes, algumas integrantes de organizações feministas são destacadas pesquisadoras com publicações diversas nos meios acadêmicos. E, do mesmo modo, algumas pesquisadoras e docentes ligadas aos núcleos de pesquisa têm também uma participação intensa no movimento social, tornando a separação entre “acadêmicas” e “militantes” um mero artifício e algo fora de lugar. Sobre esta discussão ver: MIGUEL, Sonia M. (2003)

movimentos sociais (TAYLOR; RUPP, 1991) que o feminismo desafia ao longo de décadas. Terceiro, porque, ao traduzir o caráter corporificado dos sujeitos políticos, busca desfazer a dicotomia apontada por Elizabeth Souza-Lobo (2011) e também Míriam Adelman (2003) de, por um lado, uma sociologia geral, hegemônica, supostamente neutra e, por outro, uma sociologia marcada, específica e, portanto, marginal e de menor prestígio.

2. Idades, gerações, ondas

No Brasil, o movimento feminista tem sido descrito como um movimento que emerge em contextos particulares de demandas por direitos de forma intermitente, refluindo à medida que tais demandas são alcançadas (GONÇALVES; PINTO, 2011; GONÇALVES et al., 2013). No entanto, é mais provável que desde o sufrágio dos anos 1920, ou bem antes, pela influência dos efeitos da revolução francesa aqui nos trópicos, como ilustra o texto pioneiro da brasileira Nísia Floresta B. Augusta (1989 [1832])³, as mulheres venham criando formas de atuação política mais ou menos radicais (em termos de sua capacidade de romper com normas e valores tidos como hegemônicos) ininterruptamente. Embora permanente, esta existência no tempo não é linear, sofre descontinuidades. Ou seja, não começa e termina, mas se desenvolve, desdobra, transmuta, permanecendo atual, tendo em vista que as conquistas não se esgotaram. Por esta longa e duradoura história, o feminismo tem sido capaz de mobilizar mulheres de diferentes idades, do campo e da cidade, de todas as classes sociais e credos religiosos, solteiras e casadas, com e sem filhos, escolarizadas ou não. A pluralidade em termos étnicos, raciais e de sexualidade tensiona e enriquece o movimento em suas variadas formas de ação cuja transmissão será aqui analisada.

3 O livro é uma adaptação livre, mais que uma tradução de *Vindication of the rights of woman* de Mary Wollstonecraft (1792), cuja edição brasileira de 1989 foi organizada com introdução, notas e posfácio por Constância Lima Duarte, pela editora Cortez.

Neste trabalho, entendo geração como a distância temporal que separa sujeitos e suas experiências num determinado contexto histórico e social, nem sempre expressa por diferença etária, embora a idade importe, como veremos adiante. Ou seja, há dois marcadores precisos, o tempo biológico vivido no curso da vida expresso pela idade e o tempo social e histórico, vivido pela identificação e adesão a um tipo particular de causa ou movimento. Compreender como funcionam as relações entre as gerações é, parafraseando Mannheim (1993), um guia indispensável para o conhecimento da estrutura dos movimentos sociais.

O contexto considerado objetivamente é o movimento feminista brasileiro de 1980 a 2010, três décadas, portanto. O marcador tempo para diferenciar as gerações uma da outra tem variado historicamente conforme as abordagens, mas as transformações nas comunicações levaram pesquisadores a considerarem com cautela a velha separação entre 25-30 anos como período de reposição geracional (FEIXA; LECARDI, 2010). Como disse em outro lugar (GONÇALVES et al., 2013), o tema da geração se traduz em temporalidades distintas para quem se autodeclara jovem nos anos 2000. Algo se torna datado com muito menos tempo do que 20 ou 30 anos atrás.

As ondas são as leituras geralmente *a posteriori* que descrevem e circunscrevem uma determinada fase de um movimento no seu contexto cultural e político. O feminismo, como se sabe, é descrito a partir de suas três ondas, cujo contexto é a Europa e os Estados Unidos: a primeira, no final do século XIX ao início do XX; a segunda, nos anos 1960/70 e o momento atual que algumas definem como terceira ou, mais controversamente, como uma quarta onda (MATOS, 2010). Decidi elidir as “narrativas de origem” (PEDRO, 2006) já bastante conhecidas acerca do feminismo brasileiro⁴, indo direto ao ponto, a sa-

4 Elidi, também, significados, ontologias e classificações dentro do feminismo. No Brasil, várias classificações costumeiras na literatura feminista não se encaixam bem. Não é simples distinguir entre feministas liberais, socialistas, radicais, marxistas, pós-estruturalistas etc., porque essas classificações estão sujeitas a práticas políticas e a filiações epistêmicas de pouca utilidade quando o assunto

ber, a problemática da transmissão geracional e de sua capacidade em permanecer vivo na passagem do tempo⁵.

Antes de ser um movimento coletivo determinado por interesses comuns, o feminismo poderia ser caracterizado como um movimento, uma ação coletiva que possui um sujeito coletivo e plural, e cujas afinidades vão sendo construídas no curso da sua história mediada por aproximações e conflitos. Não sendo verticalizado, na medida em que mantém sua autonomia, seus sujeitos podem falar por ele sem credenciais, sem vinculações, “sem carteirinha”. A definição de Melucci (2001, p. 23) cabe perfeitamente nesta caracterização:

Os movimentos contemporâneos se apresentam como redes de solidariedade com fortes conotações culturais e, precisamente estas características, os diferenciam sempre mais claramente dos atores políticos ou das organizações formais (...). A identidade coletiva não é um dado, uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores.

é a transmissão do conhecimento e do acervo metodológico ou pedagógico do feminismo. Para uma revisão completa das origens deste termo nas culturas anglo-saxãs, no final do século XIX, ver OFFEN, Karen, 1988.

- 5 Conferir, em ordem crescente, por década, entre outros: *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político*, de Anette Goldberg (1989). A entrevista com diversas feministas do Rio de Janeiro conduzida por Lena Lavinhas, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj intitulada *O feminismo no Brasil de hoje*, *Revista de Estudos Feministas* (1994); o número especial desta revista (REF,1994) traz vários artigos, dentre os quais o *Movimento feminista, paradigmas e desafios*, de Vera Soares, e *Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras* de Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg; *Vinte anos de feminismo* (tese de livre docência de Maria Lígia Quartim de Moraes, 1999); *Breve história do feminismo no Brasil* (Amelinha Teles, 1999); COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. [1988] (NEIM/UFBA, 2008); *Feminismos: Teorias e perspectivas* (Tania Navarro Swain, 2000); Mariza Correa (2001), Sueli Carneiro (2003), Margareth Rago (2013, 1996), Maria Lígia Quartim de Moraes (2003), Cinthya Sarti (2004); Miriam Grossi (2004), Celi Pinto (2003; 2006), Joana Pedro (2006), Karla Adrião, Maria Juracy Tonelli e Sônia Maluf (2011). Como afirmei anteriormente, o volume de publicações acerca dos feminismos vem crescendo extraordinariamente, tornando a tarefa de atualização mais complexa. A circulação dos saberes e a citacionalidade não são isentas de hierarquias de poder e prestígio. As pesquisas de fontes são sempre decisões que envolvem riscos e nunca são exaustivas ou completas. Esta pequena lista é, certamente, muito mais ampla.

Pessoas de diferentes idades compuseram e compõem as ondas, o que dificulta separar as gerações por grupos de idades. Muitas das que recomeçaram as articulações no feminismo brasileiro de meados para o final dos anos 1970 tinham entre 25-30 anos. Essas são hoje as adultas de mais de 60 anos. Elas formam um grupo muito distinto de ativistas dado que estiveram expostas ao feminismo internacional, sobretudo na Europa (França e Inglaterra), mas também nos Estados Unidos em um período de grande efervescência cultural e política nesses lugares e de uma ditadura militar no Brasil. Identificamos uma “geração do meio”⁶ que se iniciou por volta dos 20-25 anos no feminismo nos anos 1980 e 90 e está hoje na faixa dos 40-50 anos. Por fim, uma geração de mulheres que chegou ao feminismo nos anos 2000, em especial, as autodeclaradas “jovens feministas”, com idades entre 18-30 anos.

Esquemáticamente, o resultado da pesquisa, comparável a outras fontes e registros, mostra que a forma de entrada no feminismo se dá nas três gerações de três modos predominantes: na geração 1 (anos 1970/1980) pela universidade, círculos da esquerda intelectualizada, algumas das quais pela via dos setores progressistas da igreja católica, tais como a Teologia da Libertação. Na geração 2 (anos 1990): as Organizações não-governamentais (Ongs) com as estratégias de formação “para fora” (outros públicos que não as pessoas da própria organização) são dominantes, sendo as universidades parceiras nessas atividades. São emblemáticas as publicações dos eventos nacionais realizados com patrocínio das fundações internacionais que apoiavam as Ongs. Na geração 3 (anos 2000): a universidade é hegemônica⁷. Contribui para isso a expansão dos núcleos acadêmicos, das publicações

6 Outras terminologias presentes nas narrativas: “espremidas”, para a geração do meio; “consolidadas” e “estabelecidas” para as mais velhas.

7 Cabe salientar que por ensino superior universitário, estou incluindo os atuais Institutos Federais de Educação Tecnológica, nos quais é possível registrar inúmeros Coletivos, ou Coletivas feministas, nos dias atuais. Não é que necessariamente a formação seja ofertada pela, ou na, universidade. Há uma *linguagem acadêmica* expressa nas citações de autoras consagradas no campo de estudos de gênero e feminista e também pelo alto índice de vinculação a cursos de graduação e pós-graduação entre ativistas jovens.

do campo e da Internet. Numa subdivisão, esta última ficaria com a disseminação entre as “muito jovens”, até 20 anos.

Cada geração nova aprendeu com a anterior o repertório, as dinâmicas, os significados e igualmente emprestou seus conhecimentos e experiências tornando possível algo como uma transmissão. Neste caso aqui apresentado, as gerações correspondem mais ou menos a períodos de 12 a 20 anos, mas não sucessivos e sim sobrepostos. O que é comum a todas essas “gerações” de feministas é que chegaram ao feminismo com distintos *backgrounds* em termos de experiências afetivas, matrimoniais, de escolaridade e de renda e até mesmo de militância.

A referência a um determinado marcador que estou chamando de geracional emerge quando as/os interlocutoras/es da pesquisa falam em termos de memória temporal e usam expressões como “no feminismo clássico”, “no meu tempo”, “a minha geração”, “quando eu me tornei feminista”, as feministas “consolidadas” e “novas” e assim por diante. Elas/eles enfatizam o compartilhamento de uma identidade ou experiência comum e facilmente reconhecível num olhar, num gesto, num piscar de olhos, numa ironia. É útil retomar a noção de Mannheim (1993) que traduz este sentimento de pertencimento geracional como conexão e unidade geracionais.

A conexão geracional só se dá quando há um compartilhamento profundo de experiências, e formas semelhantes de processar essas experiências e acontecimentos (WELLER, 2010). Esta é a noção de unidade geracional, que evoca outra noção chave na teoria das gerações Mannheimeana que é a de compartilhamento de um destino coletivo comum. O que é mais interessante nesta noção é que numa mesma unidade geracional cuja força é dada pela vibração, sentimento, é que pode haver posições políticas diferentes ou diferenças no curso da ação. Pode nem mesmo haver grupos concretos. Tomo como exemplo a existência de fraturas, ou os chamados “rachas”, em movimentos recentes, como a Marcha das Vadias⁸ (tornada “das libertas”

8 Para uma análise sobre a questão geracional na Marcha das Vadias, conferir GONÇALVES et al (2013) e GOMES, Carla; SORJ, Bila (2014).

em algumas sessões do movimento) ou a posição bastante tensa dentro dos feminismos jovens no debate acerca da prostituição. A unidade geracional nos termos de Mannheim parece mais tangível nas gerações que se posicionam nos anos 1970 e 1980. Em outra direção, é a identidade que ocupa lugar central na conexão e reconhecimento entre pessoas que compartilharam experiências e constituíram-se como semelhantes a partir de um modo de vida, uma estética, tal como pontuam Feixa e Lecardi (2010).

Mannheim (1993) observa que a sucessão das gerações é algo necessário e “natural”. Quem chega, os novos portadores de cultura, vai ter acesso aos bens culturais acumulados e provoca uma revisão ou uma alteração daquilo que está disponível, e “nos ensina a esquecer o que já não é útil, a querer o que ainda não foi conquistado” (p. 213). Este raciocínio linear nos impede de ver tanto as gerações em coexistência, redefinindo o que ainda não foi conquistado, quanto a ausência de reconhecimento das conquistas como algo pelo qual gerações anteriores lutaram. Vislumbrando positivamente o futuro e a juventude como sua promessa, ele omite ou negligencia os conflitos intergeracionais.

As ondas contêm, portanto, as gerações e essas, indivíduos de idades próximas e diferentes que estão sujeitas potencialmente a influências culturais e políticas semelhantes (WELLER, 2010; BRITO DA MOTA, 2010). Várias gerações vivem num mesmo tempo cronológico, mas vivenciam tempos interiores, elaborando de formas diferentes essas influências. O feminismo pode gerar adesão, hostilidade, simpatia, medo, aversão, repulsa, paixão, a indivíduos situados em contextos particulares.

3. O desafio da transmissão e o problema das gerações

A questão da transmissão faz parte do estudo das gerações ou do “problema” das gerações. Entendo transmissão como processos formais e informais que envolvem de modo planejado ou não um conjunto de ações estratégicas para a sobrevivência do movimento feminista no tempo. Tais estratégias passam por todas as formas de

transmissão pelo discurso e são muito variadas. No caso do feminismo brasileiro, podemos destacar as oficinas vivenciais como recurso pedagógico para abordar temas tão distintos quanto o corpo e a sexualidade ou a relação com o dinheiro. As oficinas fizeram e ainda fazem parte de um acervo riquíssimo que muitas denominam metodologia feminista (GRUPO TRANSAS DO CORPO, 2009; PORTELA E GOUVEIA, 1999) e norteiam os cursos de formação feminista em todo o país desde os anos 1980, sendo, em larga medida, uma estratégia exitosa pela repercussão do ideário feminista em lugares variados. É intergeracional porque compreendo, como Mannheim, que a relação de ensino e aprendizagem se dá entre as gerações e não de uma para outra, unilateralmente. E poderia ser também intrageracional, uma vez que lidamos com aprendizagens que se dão em linha horizontal no interior de uma mesma geração em termos coetâneos.

Como veremos, algumas estratégias de transmissão triunfam, outras não. Se entendermos a transmissão pelo seu lado de manutenção no tempo de uma agenda que quase não se modificou em 30 anos; se pelo efetivo de mulheres – e homens em menor escala – que tendo participado de cursos de formação diversos, encontros ou eventos gerais se mantêm vinculadas a uma plataforma discursiva e de lutas; pelas publicações voltadas ao *ethos* feminista, a proliferação recente de *sites* e *blogs* na Internet etc., a transmissão no feminismo é um sucesso. Se, por outro lado, considerarmos a história das organizações e núcleos – mais das primeiras que dos segundos – vemos que a dificuldade de fazer sucessoras/es, parte fundamental nos processos de transmissão geracional, é muito aguda. É verdade que o feminismo, pelas suas características de autonomia radical, não tem tido recurso mais eficaz do que sua proposta de transformação social nos pontos mais difíceis e cruciais: a igualdade de direitos e conquista de uma subjetividade plena e emancipada. Este mesmo discurso pode, como já dito, ser instável e fonte de hostilização como tem sido em décadas, mas (ou em virtude disso) sobrevive com um vigor que impressiona.

Em um passado ainda recente, os *Encontros Nacionais Feministas* eram um espaço muito privilegiado de formação e disseminação

do ideário e de uma estética feminista. Sendo intergeracionais por excelência, inspiraram formas políticas de organização horizontalizadas. Esses espaços eram, também, de formação de redes (saúde, violência, articulação política, igualdade racial etc.). O último grande encontro nacional, o XIII, ocorreu em 2001, em João Pessoa, na Paraíba. O XIV, menor em escala, foi realizado em Porto Alegre (RS) em 2003 e nada repôs esses espaços de trocas, ensino/aprendizagem e cultura intergeracional, algo sobre o qual seria relevante refletir em outra oportunidade.

Segundo Melucci (2001, p. 38), “os sistemas de referência da ação coletiva não devem ser confundidos com os lugares concretos da prática social nos quais a ação mesma se coloca empiricamente”, ou seja, para funcionar, um movimento social deve estar distribuído em agrupamentos institucionais e informais variados. Como dito anteriormente, do ponto de vista de sua disseminação como discurso nas várias mídias, o feminismo é um sucesso; mas estaria bem estruturado nos espaços que lhe garantem uma existência material concreta?

Pensando numa metáfora ou representação gráfica, me ocorre a triangulação de governo que Simone Guerresi (2005) demonstrou em uma oficina de planejamento estratégico situacional (PES) para Ongs e movimentos sociais⁹. O modelo proposto triangulava o plano, o contexto e a capacidade, onde as distorções desestabilizariam sua posição ou “governabilidade” (o triângulo ficaria com uma de suas pontas ou lados inclinados e não com a base alinhada). O feminismo, como sugerem minhas interlocutoras, precisa estar em todos os lugares, mas, de uns tempos para cá, em termos estruturais, ele se concentra mais nas instituições universitárias, estando enfraquecido nas suas “bases” e em menor escala, no âmbito do Estado, o que produz impacto em termos de lutas políticas. Esta “má distribuição” é objeto da discussão que se segue.

9 O PES que a autora utilizou é baseado na proposta de Carlos Matus que, nos anos 1970, trabalhou com o método no governo de Salvador Allende, no Chile. Suprimi o desenho gráfico em prol da descrição.

4. O que é importante para o feminismo se manter no tempo? o ponto de vista situado das entrevistadas¹⁰

4.1 Pensar e agir

A dicotomia que opõe academia e militância – o pensar e o agir – é artificial como já dissemos. Na percepção de quem olha a linha do tempo e traça paralelos geracionais, esta separação existe não porque seja necessária, mas por contingência, dado o esvaziamento relativo das organizações da sociedade civil onde a prática política com capacidade de resposta foi fortemente abalada e fez com que a universidade, no seu papel “natural” de fazer a transmissão tenha se tornado, no Brasil contemporâneo, o *locus* privilegiado para o feminismo. No entanto, cada espaço particular com seu conhecimento e experiência não se constrói sozinho e não cria lastros a não ser em processos de longa duração, às vezes de uma vida inteira; não somos nós mesmas/os o ponto de partida, já que “nos encontramos sobre os ombros de outros” (ELIAS, 2008, p. 544). Os núcleos instalados nas universidades devem muito de seus saberes, metodologias e gestão ao acúmulo do movimento, ao qual várias de suas fundadoras estiveram vinculadas.

Guacira Oliveira é fundadora do Centro Feminista de Estudos e Acessoria (Cfemea/DF), uma das poucas Ongs feministas fundadas nos anos 1980 que resistiram à crise e uma das poucas também a conseguir realizar um processo de transmissão geracional não apenas na formação de pessoas para “fora”, mas na reposição, nos quadros da organização. Recriando o cenário comum a essas organizações, ela lembra quando se reunia com outras mulheres nos grupos de reflexão que posteriormente deram lugar às Ongs. Guacira, como eu que tenho idade aproximada, pode ser considerada, na caracteri-

10 A grafia no feminino refere-se a “pessoas de ambos os sexos”. Participaram três homens num conjunto de 43 entrevistas. Espero que a grafia no feminino, neste caso, seja compreendida.

zação artificial que ofereço, como geração do meio, ou seja, chega ao feminismo com idade ao redor dos 20 anos nos anos 1980. Recebe as influências de um movimento em curso no país, assimila, continua, de certa forma, reproduz e multiplica as formas de criação, linguagem, experiências de fazer político. Sua experiência se constitui no e para o movimento e este movimento também cria novas formas de existência a partir das especificidades. Ela participa do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), na primeira gestão, de Jaqueline Pintanguy e logo após, em 1989, funda com outras companheiras o Cfemea. Para ela, o feminismo para se manter no tempo deve ser capaz de produzir ação e reflexão; ser capaz de, ao mesmo tempo, construir-se com autonomia e estabilizar-se nos espaços de organização:

O feminismo precisa ser organizado, ser um movimento capaz de se movimentar; sem isso, não se mantém. Isso porque eu acho que feminismo é pensar e agir, não é simplesmente uma linha teórica, de análise. É uma forma de estar no mundo. Pra estar no mundo tem que pensar e tem que agir e tem que fazer isso organizadamente. Se tiver um monte de gente pensando dentro da universidade, o feminismo não vai existir se não tiver ninguém na rua organizado, atuando, fazendo política, sei lá, mobilizando e tal. Se não tiver um bando de mulher em cargos de gestão pública, em espaços do parlamento, em espaço de poder, também acho que é insuficiente pra que o feminismo se mantenha. O feminismo, para se manter, ele tem que ter essa organização, tem que ter autonomia, autonomia é fundamental. (Guacira Oliveira, entrevista em julho de 2013 em Brasília, DF)

Pensar e agir são dois pontos na mesma trama e não podem ser separados em nenhuma circunstância ou lugar de atuação. Uma publicação do SOS Corpo, de Recife, voltada à formação, situa esta mesma reflexão:

A organização das mulheres para fazer ação coletiva precisa ser em dois planos. Precisamos ser organizadas no plano das ideias e organizadas no plano das atividades. Ou seja, precisamos primeiro saber explicar e defender nossos pontos de vista e propostas, de forma bem elaborada no pensamento e nos argumentos, para sermos bem compreendidas pelas outras mulheres, pelas pessoas que formam opinião pública e pelos governos. E precisamos realizar atividades variadas e bem organizadas para ganhar credibilidade e visibilidade pública, e ter força suficiente para produzir mudanças (SILVA; CAMURÇA, 2010, p.39).

Contra a monocultura dos saberes, aquela que herdamos como conhecimento científico e, portanto, válido, Boaventura de Sousa Santos (2010) advoga uma ecologia dos saberes, na qual seria possível e desejável o abrir-se a outras vozes, consideradas como válidas para além das epistemologias dominantes. Faltam estudos sobre a apropriação, pelos movimentos sociais em geral e feminista em particular, do conhecimento produzido nas universidades (conhecimento “válido”). Mas, nas tramas e redes do conhecimento e sua disseminação, processos de (re)tradução são engendrados, como ressaltou Ana Bosh, da organização Loucas de Pedra Lilás (Recife, entrevista realizada em janeiro de 2014), uma ativista que utiliza o recurso político-pedagógico do teatro como forma de trazer as mulheres para a reflexão feminista.

4.2 Formar outras pessoas, disseminar o conhecimento

Desde sempre, formar outras feministas, mesmo fora de uma estratégia consciente e planejada de transmissão geracional, tem sido a vocação de todas as organizações mais ou menos formais no feminismo brasileiro. Formação significa para Maria Aparecida de Lima, da Associação de Mulheres da Zona Leste (AMZOL/SP, entrevista realizada em julho de 2013) “abrir a mente das pessoas”, pois o feminismo desloca as pessoas de onde elas estão e as leva a outros lugares: estudam

mais, trabalham mais, se informam mais, se tornam mais intelectualizadas, fazem política, se tornam menos vulneráveis às violências, aumentam seu poder e autonomia.

A disseminação do conhecimento como transmissão está entrelaçada também a estratégias de circulação nos espaços de poder e representação assim como à “delegação” de responsabilidades. Circular juntas em espaços de representação significa formar pelo exemplo, pelos modos de fazer, pelo significado que tem em distinguir o que dizer e quando dizer, de modo articulado. Esta socialização é vista por Kimi Tomizaki (2010) como o elo primordial na transmissão e vista como formação política de novas gerações para Jussara Prá, do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS):

Ampliar a circulação de novas pessoas nos espaços de poder, nosso debate passa por aí, porque se a gente consegue delegar poder, tu consegues te desdobrar e o núcleo consegue estar em vários lugares ao mesmo tempo. Embora em um momento tenha que personificar a liderança para sobreviver, mas não que essa liderança seja magnânima, ou qualquer coisa assim que tenha que fazer tudo, até porque ela não aguenta, ela vai perder em determinado momento, ela não vai ter mais possibilidade de fazer isso, então isso eu acho que é importante, isso que o feminismo tem que aprender agora, a lidar com isso, trabalhar com a ideia da liderança, porque ela tem que ter a ideia do personagem, e trabalhar com a ideia da delegação de poder (Jussara Prá, NIEM, UFRGS, entrevista em Goiânia, novembro de 2014).

Para Parry Scott, do Núcleo de Pesquisas Família, Gênero e Sexualidade (FAGES/UFPE, entrevista realizada em janeiro de 2014), os núcleos tendem a ser fortemente personificados em seus fundadores ou coordenadores, inclusive no tamanho do espaço físico ocupado. Expressando ao mesmo tempo uma autocrítica e uma preocupação com seu próprio espaço de atuação, o professor diz que a passagem do bastão ainda sequer foi pensada. O FAGES tem um engajamento profundo

com a formação “para dentro e para fora” nas temáticas de gênero, família e feminismo. Seus cursos de extensão, tal como ocorre em outras universidades, são altamente disputados.¹¹ Esta transmissão é muito profícua também nos processos de orientação na pós-graduação.

Então, voltando às reflexões de Jussara Prá, encontra-se no âmago de suas preocupações a noção de como fazer o feminismo se manter no tempo, se perpetuar: “Como é que eu vou desdobrar esse movimento, fazer ele render? Ele tem que render, porque ele tem que estar em tudo quanto é lugar” (Idem). Uma das estratégias apontadas por Jussara é a de inserir a temática feminista (gênero, sexualidade, poder, violência etc.) em disciplinas da graduação e da pós-graduação cujas ementas não as contemplam.

Logo, se a transmissão do feminismo via universidade é um êxito, ele se deve às próprias docentes que conferem aos seus programas e cursos a perspectiva feminista no ensino, na pesquisa e na extensão. Sem os cursos, talvez boa parte das discussões não acontecesse, como salienta a pesquisadora Adriana Piscitelli, do Núcleo de pesquisa Pagu (Unicamp), responsável por uma variedade de ações e atividades relacionadas ao ensino e à pesquisa e pela editoria dos *Cadernos Pagu*:

Os cursos são absolutamente importantes, mas não necessariamente precisa ser um curso sobre feminismo, pode ser um curso sobre qualquer coisa, relações de trabalho, cidade, ou mercado do sexo, mas com referencial feminista isso é capaz de tomar todo o processo, não sei, tem meninas que chegam achando que tudo isso é coisa de passado e que já foi superado, e a partir das reflexões nos cursos veem que não. (Adriana Piscitelli, entrevista realizada em novembro de 2013 em Campinas, SP).

11 A título de exemplo, das 100 vagas oferecidas pelo Fages em 2014, foram inscritas cerca de 500 pessoas interessadas. Algo próximo ocorreu com as três edições do curso de formação feminista “Tramas e Redes”, em Goiás, coordenado pelo Grupo Transas do Corpo, Ong feminista e pelo Sertão, Núcleo de estudos em gênero e sexualidade, da FCS/UFG, como projeto de extensão universitária. Sobre este evento, conferir GONÇALVES et al (2013) e a página institucional da organização: <http://www.transasdocorpo.org.br/>

Sonia Correa, ativista atualmente vinculada ao projeto Observatório de Sexualidade e Política, sediado na Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA), uma das fundadoras do SOS Corpo nos anos 1980, salienta:

A propagação do feminismo no mundo acadêmico se faz em condições radicalmente diferentes porque a academia é o lugar de formação por excelência, portanto, é o lugar da transmissão. Ela existe para isso, ela é conformada para isso, está certo? Pode funcionar mal ou bem, ela pode ter suas distorções, mas o sentido da existência da instituição é esse. O que não é o caso das formas institucionais ativistas. Então, eu acho que a transmissão geracional do feminismo no mundo acadêmico brasileiro é pra lá de bem sucedida, entendeu? Eu acho incrível isso. Vai para o Fazendo Gênero, aquilo é incrível! A primeira vez que eu fui, nos anos 90, quando voltei, que eu acho que foi 2004, 2002, eu fiquei encantada. Que maravilha, isso! Que lugar arejado, que variedade, que heterogeneidade, pluralidade... Que o feminismo político estava absolutamente confinado e cada vez mais fechado sobre si próprio, entendeu? (Sonia Correa, entrevista realizada em abril de 2014, no Rio de Janeiro)

Se na academia a função de transmissão é apontada como “natural”, as condições nem sempre favorecem a continuidade, a absorção da geração formada para repor aquelas que se aposentam ou se afastam. Não há concursos específicos, não há “cátedras” ou cadeiras disciplinares, não há verba certa para projetos, e o esforço e investimento para gerar recursos a partir de projetos é tão ou mais exaustivo que nas Ongs. A diferença, segundo Benedito Medrado, do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades (GEMA, UFPE, entrevista realizada em janeiro de 2014) é que a universidade é estável em outras coisas, a estrutura, por exemplo, com seus recursos fixos nas rubricas dos programas etc. O Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM, UFBA) é realçado como uma das poucas experiências exitosas de criação e

ampliação da inserção do gênero e do feminismo na academia, pela via dos cursos de graduação e pós. Tanto Medrado quanto Miriam Grossi do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS, UFSC, entrevista realizada em novembro de 2014) defendem que esta seria a saída para o impasse de reposição de gerações futuras. É frequente ouvir de Márcia Macedo, do NEIM, a expressão “reprodução em cativão” sobre a experiência do NEIM com várias gerações de feministas – incluindo homens – cujo ingresso foi por meio de concurso público, o que permitiu a absorção de pessoas formadas em outras instituições.

Fazer formação feminista continuada na universidade suplementa aprendizagens trazidas de outros movimentos. Míriam Grossi destaca que o NIGS/UFSC recebe muitas pessoas que passaram pelos movimentos negro e LGBTT, mas não pelo feminismo. Elas/eles entram em contato com o feminismo na universidade e a partir dela iniciam suas articulações para outros espaços, tal como acontece localmente com a Marcha das Vadias, segundo ela, organizada “de dentro para fora”. À frente do NIGS e também da Revista de Estudos Feministas, outra importante publicação do campo, no Brasil, desde os anos 1990, ela acredita em um fazer feminista diferenciado em sala de aula e uma de suas estratégias para manter vivo o feminismo para as gerações mais novas é a utilização de “oficinas” em seus cursos, além da inserção de autoras fundamentais do campo.

Bila Sorj, do Núcleo de Estudo de Sexualidade e Gênero (NESEG, UFRJ, entrevista realizada em abril de 2014), aponta um fato bem interessante quando faz um paralelo geracional tomando como referência sua própria entrada no feminismo e a entrada das novas gerações. Nos anos 1970 ela travou contato com autoras feministas, com leituras de autoras célebres, e ao mesmo tempo isso estava colado ao movimento que era muito forte em termos de debate naquela década, situado na Inglaterra. Atualmente, muitos/as jovens iniciam seu contato com o feminismo por autores *mainstream* das ciências sociais – Giddens, Bourdieu ou até Durkheim – e só depois que cursam alguma disciplina ministrada por ela ou por outras docentes feministas travam contato com autoras do campo.

Como mostra Dietz (2003), leituras críticas sobre a ciência e seus postulados são abundantes entre teóricas feministas. Elas permitem identificar quando e como as mulheres foram tornadas “o outro” da ciência. Esse conjunto extremamente diversificado de epistemologias fornecem princípios de multiplicidade, heterogeneidade, hibridismo, pluralidade, posicionalidade, interseccionalidade, que ajudam a pensar as diferenças também entre as mulheres, o “que é, na realidade, a vitalidade da teoria feminista contemporânea” (DIETZ, 2003, p.422). E eu acrescentaria, é a vitalidade do feminismo brasileiro realizado na universidade pelos núcleos que resistem.

5. Ter estruturas materiais que possibilitem a ação coletiva

Voltemos ao meu modelo triangular. Se a capacidade está ótima na universidade e fraca demais nas organizações (salvo as discrepâncias regionais), como sugerem minhas interlocutoras, temos um problema crucial a ser enfrentado. As ideias serão repercutidas, há disseminação de conteúdos e revitalização discursiva. No entanto, sem figuras concretas e instituições concretas que possam levar adiante, no plano político e institucional, a agenda feminista, o movimento corre o risco de não ter suas conquistas materializadas.

Eu acho que a consolidação de uma pauta de investigação, de conhecimento, no mundo acadêmico significou um salto de qualidade para o feminismo brasileiro inacreditável. Inclusive em termos de difusão das ideias. Você deixa as ideias e as ideias vão por elas mesmas e chegam aonde chegarem, não é isso? Essa renovação ativista que tem na Marcha das Vadias, nas Blogueiras [feministas], ela é, sobretudo, um produto dessa difusão assegurada por esse canal de circulação de ideias que a academia proporcionou. Então, eu acho isso muito legal. Agora, tem um problema, né? É que isso tem a ver com a estrutura, as estruturas da sociedade brasileira, a nossa incapacidade, enquanto sociedade, de fato, de constituir um universo de instituições da

sociedade com capacidade suficiente para manter vivo e renovado um ativismo. Essa coisa da capacidade de atração do Estado e, nesse sentido, a academia é parte disso porque uma boa parte da academia é também academia estatal, é academia do Estado, é a universidade pública, não é? A gente está com déficit gigantesco no plano do ativismo propriamente dito, que essa difusão acadêmica não resolve (Sonia Correa, entrevista realizada em abril de 2014, no Rio de Janeiro)

Para Sonia, a universidade pode realizar simpósios, e plenárias magníficas sobre o aborto, mas o problema do ativismo ultrapassa essas necessidades, pois “tem uma hora que você tem, você sabe, tem que ter uma base institucional, tem que segurar a onda com as instituições, tem que segurar a onda da imprensa e, aí, faz como?”. Ou seja, as ideias andam, tomam rumos diversos e às vezes imprevisíveis, mas quem se coloca na dianteira para dar sustentação a processos longos que demandam mais e mais das ativistas, das gerações do meio e das mais antigas?

Carmem Silva do SOS Corpo de Recife (entrevista realizada em janeiro de 2014) está há dez anos na organização. Seu passado inclui passagens pelo movimento estudantil e sindical. Ela tem uma visão muito aguçada sobre os contextos dos feminismos local e nacional. Para ela, no Recife, as gerações/idades poderiam ser expressas em algumas distinções muito interessantes porque ajudam a refletir sobre se, e como, este quadro representa outras situações Brasil afora. Em sua opinião, o SOS está conseguindo algo muito valioso que é ter a coexistência geracional em um *continuum* bem alargado de idades. Uma das fundadoras, Maria Betânia Ávila, uma das feministas mais queridas e mencionadas como referência pelas entrevistadas Brasil afora, permanece na instituição como uma feminista “consolidada”. Mas, no SOS jovens como Verônica Ferreira ocupam lugares proeminentes na produção de conhecimento (pesquisa, publicações), representação e formação.

O Geledés, Instituto da Mulher Negra - organização mista (homens e mulheres), fundada em 1988 e ainda muito ativa – é outro exemplo

de organização que tem conseguido gerar adesão e permanência em sua equipe, com contato intergeracional. Sobre a sobrevivência do feminismo no tempo, Nilza Iraci, uma de suas integrantes, expressa preocupações de outro caráter:

Eu acho que o feminismo precisa se repensar. Nós feministas estamos no momento de pensar “qual é a nossa agenda?” Está na hora da gente parar, pensar os movimentos novos, as lésbicas, as negras, as sindicalistas, as rurais. Tem questões que o feminismo tem que rever. Antigamente dizia que creche era uma coisa da luta geral; não dá mais para falar em emancipar mulher sem pensar em uma política de creche, né? Hoje o feminismo pode se dar ao luxo de se abrir para outras questões. (...) Como é que você dialoga, como é que você leva a agenda do aborto para outros setores, entendeu? Como é que você dialoga com as mulheres quilombolas a questão do aborto? (...) As negras ainda precisam ‘estar lá’ para garantirem que suas questões serão incluídas em agendas do movimento, ou seja, a igualdade ainda é uma luta no interior do movimento, uma tensão permanente. (Nilza Iraci, entrevista em julho de 2013, São Paulo)

Com relação ao futuro das Ongs, para Carmen o feminismo se expandirá tanto no âmbito do Estado quanto no das universidades, enquanto o movimento é uma interrogação e o modelo das Ongs será substituído por outra coisa.

Atualmente há um retorno às formas mais autônomas de militância no feminismo brasileiro e mundial, sobretudo nos chamados ativismos em rede (AWID, 2013). Traçando um paralelo geracional (o que várias entrevistadas fizeram), a pesquisa sugere que a crise de recursos para as Ongs forjou um tipo de ação coletiva semelhante, mas não idêntico, aos modelos experimentados nos anos anteriores à forte institucionalização. Basicamente, a militância era informal, nas casas e nas ruas, nas salas emprestadas de algum prédio. Havia bastante solidariedade, e, embora pequeno, o movimento era capaz de

provocar muito barulho e pautar a imprensa com muita efetividade. Schuma Schumaer da Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH, RJ, entrevista realizada em abril de 2013) fala desse esvaziamento da agenda política nos jornais. A imprensa hoje divulga os protestos, mas silencia quanto ao debate mais fundamental, como o aborto, por exemplo. A Redeh conseguiu se reinventar, renovar a equipe e desenvolver projetos com recursos captados do governo e da iniciativa privada para projetos em educação, ou seja, criou sua própria vocação e se mantém. Ela não é fundadora, mas é uma das mais antigas (mais de 25 anos na organização) realizando a ponte, o vínculo, a conexão entre passado e presente. Eu sou levada a crer que as Ongs seguramente fizeram e ainda fazem alguma diferença para o feminismo.

Ao localizar os anos 1990 como o período da *Onguização* do movimento (ALVAREZ, 2014; 1998) devemos ter claro que outras formas de atuação ficam eclipsadas. Essa focalização sugere que houve um domínio da forma de organização do movimento em termos discursivos. Outras que porventura existiram não tiveram expressão, resultando num apagamento que conduz à crença de uma não existência. Algo semelhante ocorre quando o movimento experimenta ondas de refluxo, em geral após conquistas importantes ou por estrangimentos externos derivados da situação política, tal como nos regimes de exceção. Taylor e Rupp (1991) tematizaram muito bem esta aparência morta do feminismo no contexto pós-guerra, nos anos 1940 e 50, nos EUA. As autoras chamam a atenção para o fato de, que para “ressurgir” em uma segunda onda nos anos 1960 e 70, algo teria de ter ocorrido no hiato ou nos anos “mortos”. Esta pergunta levou-as a uma interessante pesquisa histórica e sociológica acerca da existência de um movimento feminista no período. Elas partiram do presente (os anos 1980) identificando mulheres mais velhas que haviam tido alguma inserção em lutas feministas no passado e chegaram à conclusão de que essas ativistas tinham uma memória muito vívida sobre suas articulações, prioridades e, não menos importante, de uma forma de vida, uma estética e um método.

6. *Sair não é morrer* – considerações finais

É possível transmitir, passar adiante habilidades pessoais, métodos construídos coletivamente? Soa mais apropriado afirmar que sim para conteúdos, técnicas, mas não para o conjunto da experiência, algo difícil de explicar e que ultrapassa minhas capacidades neste exercício reflexivo. Talvez o feminismo brasileiro tenha ainda pela frente muita linha para tecer até chegar a uma compreensão do que significa “se manter no tempo”. O fato concreto é que pessoas se envolvem ao longo de toda uma vida em projetos de transformação social que passam pelas instituições, sejam elas Ongs ou a universidade e, chegado o momento, se aposentam, sendo interpeladas pelo imperativo da “passagem do bastão”.

Eu estou aqui no núcleo de pesquisas, eu vou me aposentar, mas eu não vou me afastar, eu estou aqui, eu vou continuar na medida em que eu possa fazer os meus trabalhos, mas eu acho que os trabalhos vão continuar sendo feitos do jeito que estava, eu não vejo uma grande diferença, mas sempre quem coordena um grupo tem uma dificuldade em passar o grupo e eu não sei como é o passar o grupo aqui, a gente nunca discutiu isso com franqueza, nunca falou isso (Parry Scott, Recife, janeiro de 2014).

Ana Bosh e Gigi Bandler, fundadoras da “Loucas de Pedra Lilás” em Recife, cujo trabalho com teatro foi várias vezes premiado no Brasil e no exterior, tendem a pensar que o fato de não terem conseguido articular uma nova geração para dar continuidade aos projetos da organização é devido ao caráter “autoral” das Loucas, ou seja, algo que era muito próprio de seus desejos e expectativas pessoais lançadas como projeto político pedagógico feminista. Ao longo de mais de quinze anos, as Loucas fizeram muita formação, intervenção, produziram audiovisuais, se tornaram referência, mas, ao se aposentarem, fecharam as portas.

Gigi: As Loucas morreram, vai surgir outra coisa, isso foi claro, vai surgir de outra forma né, tudo muda. Loucas de Pedra Lilás..., mas podia até mudar de nome etc., acontece que o contexto e o fato de não ter um conjunto de pessoas..., não vingou. É um momento péssimo que não tem financiamento, você conseguiu trabalhar realmente uma liberdade e meios, a gente teve meios de pagar razoáveis, bons salários, fazer coisas extremamente gratificantes e tudo e, de repente, você não tem mais nada pra poder.. Eu não tinha mais coragem, eu cheguei a sessenta anos, tempo da minha aposentadoria, me aposentei um ano depois, mas esgotada, eu estava muito cansada. A gente não se aposenta da nossa identidade de cidadã, da nossa vontade de ser cidadã, nossa indignação continua.

Ana: eu acredito no fazer individual, de você se converter em uma pessoa melhor, tentar esse caminho, mas de fazer político eu ainda acredito que são os coletivos. Por enquanto estou tomando tempo, que agora é meu, que ainda não tomei realmente, é a primeira vez e ainda é uma novidade, ainda não consegui pegá-lo para fazer alguns velhos desejos que deixei no caminho, tipo artes plásticas, voltar a pintar, coisas assim, que ficam no caminho (Gigi e Ana, LPL, Olinda, janeiro de 2014).

A questão geracional tem suas curiosidades e não é diferente no movimento feminista. Ouvindo Mariana Azevedo, 30 anos, atual coordenadora do Instituto Papai, uma Ong cujo trabalho com meninos e jovens rapazes é pioneiro, compreendemos isso bem. No Papai ela é sempre mais velha que os/as estagiários/as que a Ong recebe no seu modo de funcionamento para permitir a sobrevivência institucional. No Fórum de Mulheres de Pernambuco, ela é uma das mais jovens. Segundo Carmem do SOS Corpo, neste espaço as mulheres com maior poder de voz são as “consolidadas”, as mais velhas, portanto. A horizontalidade tão cara ao feminismo é arduamente trabalhada para ser uma conquista cotidiana. Para Mariana é uma utopia jamais alcan-

çada, por isso é sempre uma construção, um desafio, já que as desigualdades de idade, classe, saberes, experiências, raça, se sobrepõem na sociedade e não poderia ser diferente nos espaços do movimento.

Da preocupação com a morte à esperança de sobrevivência, as metáforas do ciclo biológico acompanham as narrativas sobre a permanência do feminismo no tempo em suas variadas apresentações e formatos, demonstrando o enlace entre passado, presente e futuro:

O movimento está em vários outros lugares, ele tá no sindicato, tá não sei aonde, tá no estudantil, tá aqui, tá ali, e isso vai gerando mais possibilidades de sobrevivência. Se a gente fosse pensar só de uma forma as coisas, aí pronto, ia ser mais difícil, mas é uma coisa que não tem dono, não tem dona, tá aí né pelo mundo, e você vai botando ela em vários lugares. Eu quero ter a tranquilidade de que um dia se eu quiser, ou se for o caso, eu vá sair e vai ter gente que vai continuar essa história aqui, não morreu nele [no Benedito Medrado, o fundador], não vai morrer em mim. (Mariana Azevedo, Papai, Recife, janeiro de 2014).

Como assinalam Taylor e Rupp (1991) o fechamento de sedes, culminando ou não com o encerramento de atividades após um ciclo virtuoso de uma, duas ou mesmo três décadas de funcionamento, não deveria ser um sinal de fracasso, mas antes de sucesso. Fechar pode significar uma pausa para que algo diferente ocupe o lugar. Isso está caracterizado nas histórias de grupos como o Loucas de Pedra Lilás (Recife), Transas do Corpo (Goiás) e Coletivo Leila Diniz (Natal), entre tantos outros que permanecem ativos, mas sem a estrutura funcionando. Em anos dedicados à formação “para dentro” e “para fora”, grupos como esses ajudaram a disseminar ideias e metodologias que, hoje, fermentam cursos de extensão em universidades, páginas e *blogs* na Internet, além de ter literalmente contribuído para ampliar o quadro de *experts* para os dois âmbitos aqui analisados – organizações que permaneceram ativas e estruturadas formalmente com recursos etc., e universidades, mas também para o Estado -, sem deixar de

mencionar as outras modalidades de absorção desta “massa crítica” pelas agências internacionais, ONU e correlatos e consultorias a instituições privadas. O movimento das mulheres, como atestam vários e várias intelectuais célebres, tem redefinido o campo das lutas sociais e da ação coletiva rumo a uma nova racionalidade não instrumental e não oposta à subjetividade “como se sua voz tivesse falado para todos, como se tivesse dito que a história do feminismo tem transformado as coordenadas de sentido” (MELUCCI, 2001, p. 108).

Talvez não fosse demais dar vazão a uma hipótese não testada, porque não habitada ou gestada no curso das minhas análises, mas que emerge agora, *at the very end*, para compreender as organizações que não foram bem sucedidas na transmissão como sucessão ou “passagem do bastão”. Tal como ocorreria às novas gerações na sucessão de seus genitores no processo de constituição herança/linhagem (BOURDIEU, 2012), as novas gerações experimentariam o medo de perpetuar um nome, medo este revestido de uma potencial negação ou superação vista como transgressão.¹²

Mais que preocupações sucessórias, no entanto, esta pesquisa mostrou a dinamicidade do feminismo brasileiro na convivência entre as várias gerações em um *continuum* de idades. Tudo isso me leva a concluir que, para se manter vivo, o mais importante para um movimento social – qualquer movimento social, creio, e não apenas o feminismo – é ser capaz de sustentar suas demandas com o frescor que produza adesão - e isso implica encontrar linguagens que transcendam idades e gerações – e, ao mesmo tempo, a tenacidade que

12 A propósito, este medo foi nomeado em alguns momentos das entrevistas, sobretudo na fala reflexiva de uma entrevistadora jovem. Lenise Borges também me fez pensar, numa abordagem Jungiana, que não é apenas a ameaça de transgressão à linhagem, mas as ambivalências sofridas no processo de apego/desapego que atravessam toda transmissão de algum conhecimento. Ouvir nomes como referências para as entrevistadas não foi uma evidência. No entanto, se as linhagens não são passíveis de evidenciação, menções a certos nomes pioneiros na discussão e produção feminista nos círculos acadêmicos são recorrentes. Parry Scott, Marrion Quadros e Lady Selma Albernaz (FAGES, UFPE) relembram os primeiros GTs da Anpocs – “Família e sociedade”, “Mulher e política” e “Mulher e trabalho” - com Fanny Tabak, Carmem Barroso, Albertina Costa e Neuma Aguiar.

gere a permanência, o que, em larga medida, tem sustentação nas formas de vida coletiva, na amizade, nos apoios mútuos e nas aprendizagens colaterais. Não há como disse Taylor e Rupp (Ibid.) um ciclo de emergência-declínio, não há tempos mortos. Há vidas e vozes clamando por escuta.

Referências bibliográficas

ADELMAN, M. (2003), “Das margens ao centro?: refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica”. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.11 n.1 jan./jun.

ADRIÃO, K G.; TONELI, M. J. F.; MALUF, S. W. (2011), O movimento feminista brasileiro na virada do século XX. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661681, set./dez.

ALVAREZ, S. (2014), “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. **Cadernos Pagu** (43), jan/jun, p. 13-56

ALVAREZ, S. (1998), “Latin American Feminisms ‘Go Global’: Trends of the 1990s and challenges for the new millennium”. In: ALVARAZ, S; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Eds.) **Culture of Politics, Politics of Cultures**. Westview Press.

AUGUSTA, N. F. B. (1989[1832]), **Direitos das mulheres, injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez.

AWID. (2013), Young Feminist Activism (YFA) Program e-discussion on Effective Multigenerational Organizing Final Summary, e-document, disponibilidade restrita.

BOURDIEU, P. (2012), “As contradições da herança”. In.: __ (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, p. 587-593.

BRITTO DA MOTTA, A. (2010), “A atualidade do conceito de gerações nas pesquisas sobre envelhecimento”. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 225-250.

CARNEIRO, S. (2003), “Mulheres em movimento”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132.

CORRÊA, M. (2001), “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (org.). (2008), **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: NEIM/UFBA. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>>. Acesso em: ago. 2013.

_____; _____. (1994), “Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras”. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 2, p. 387-400, 2. sem.

DIETZ, M. G. (2003), “Current Controversies in Feminist Theory”. **Annual Review of Political Science**. (6), p. 399-431.

EDER, K. (2001), “A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo de classe média”, **RBCS**, vol 16, nº 46, junho.

ELIAS, N. (2008[1971]), “Sociologia do conhecimento, novas perspectivas”. **Sociedade e Estado** (23/3), p. 515-554.

FEIXA, C.; LECCARDI, C. (2010), “O conceito de geração nos estudos sobre juventude”. São Paulo: **Sociedade e Estado** (25/2), mai-ago, p. 185-204.

GOLDBERG, A. (1989), “Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político”. **BIB**, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 28, p. 42-70, 2. sem.

GOMES, C.; SORJ, B. (2014), “Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil”. **Soc. Estado**. v. 29, n. 2. Brasília May/Aug., p. 433-447.

GONÇALVES, E.; FREITAS, F. (2016), O que os homens trazem para, e levam do, feminismo? Uma análise situada sobre gênero e geração no feminismo brasileiro. **Anais da 30ª Reunião da ABA**, João Pessoa. Disponível em: http://www.30rba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=56 .

_____; OLIVEIRA, E. (2016), Juventude e feminismo no Brasil: localizando corpos e experiências. In: SCOTT, P.; LYRA J.; BELO DA FONTE, I. (orgs.) **Relações e hierarquias marcadas por gênero**. Recife: Editora UFPE, p. 245-262.

_____. (2015), ‘Pensar e agir’: apontamentos sobre processos de formação, permanência e renovação no feminismo brasileiro”. **Anais da SBS**: Disponível em <http://sbs2015.com.br/>, acesso em agosto de 2015.

_____. (2014), Disseminar ideias, práticas e saberes: a transmissão do conhecimento no feminismo brasileiro em três gerações (1980-2010). **Anais do IV Seminário de Trabalho e Gênero e III Seminário Internacional do PPGCS**: Teorias, Pesquisas e Práticas Sociais. Uberlândia: UFU.

_____; FREITAS, F. R. A.; OLIVEIRA, E. A. (2013), “Das idades transitórias: as jovens no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas”. **Revista Feminismos**, v. 1, p. 01-30.

_____; PINTO, J. P. (2011), “Reflexões e problemas da ‘transmissão’ intergeracional no feminismo brasileiro”. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, n. 36, p. 25-46.

GOUVEIA, T. (2011), “Antinomias e contradições: a dinâmica da institucionalidade”. In: ÁVILA, M. B. (org). **Textos e imagens do feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife, SOS Corpo, pp. 239-286.

GROSSI, M. P. (2004), “A revista estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, n. 12 (n. esp.), set./dez.

GRUPO TRANSAS DO CORPO. (2009), *Metodologias Feministas Aplicadas a um Grupo de Jovens em Goiás: a trajetória do GIAS*. Goiânia. Disponível em <http://www.transasdocorpo.org.br/oferecemos/pesquisas/metodologias-feministas-aplicadas-a-um-grupo-de-jovens-em-goias-a-trajetoria-do-gias>. Acesso em 2015.

GUERESI, S. (2005), **Planejamento estratégico para ongs e movimentos sociais**. Goiânia: Grupo Transas do Corpo.

HARAWAY, D. (1995), “Saberes localizados”. **Cadernos Pagu** (5), Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, pp.7-41.

HARDING, S. (1987), “Is there a feminist method?” In: __ (Ed.). **Feminism and Methodology**. Indiana University Press, p. 1-14.

LAVINAS, L.; HEILBORN, M. L.; SORJ, B. (1994), **O feminismo no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Feministas, n. 2, 2 sem., p. 428-443.

MANNHEIM, K. (1993[1928]), “El problema de las generaciones”. Madrid: REIS (69), p.193-242.

MATOS, M. (2010), “Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?” **Revista de sociologia e política** 18 (36), jun., p.67-92.

MELUCCI, A. (2001), **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades contemporâneas. Petrópolis: Vozes.

MIGUEL, S. M. (2003), “Publicando nas Ongs feministas: entre academia e militância”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1):271-283, jan-jun.

OFFEN, K. (1988). “Defining feminism: a comparative historical approach”. *Signs*, The University of Chicago Press, v. 14, n. 1, p. 119-157, aut. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3174664>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

PEDRO, J. M. (2006), “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. **Revista Brasileira de História** 26 (52), São Paulo, p.249-272.

PORTELLA, A. P.; GOUVEIA, T. (1999), “Introdução: feminismo, educação e gênero”. In: **Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero**. Recife: SOS Corpo Gênero e Cidadania.

PEREIRA, H. et al. (1994), “O feminismo no Brasil de hoje”. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 2, 2. sem.

PINTO, C. R. J. (2003), **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

QUARTIM DE MORAES, M. L. (2003), **Feminismo, movimento de mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina**. Campinas: Editora do IFCH - Unicamp.

_____. **Vinte anos de feminismo**. (1999), Tese (Livre Docência) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

RAGO, M. (1995/96), “Adeus ao feminismo? feminismo e (pós) modernidade no Brasil”. **Cadernos AEL**, Campinas, Unicamp, n. 3/4.

_____. (2003), “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”, **LABRYS**, estudos feministas, n. 3, jan/ jul.

_____. (2013), **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP, Editora Unicamp.

SARTI, C. A. (2004), “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50.

SOARES, V. (1994), “Movimento feminista, paradigmas e desafios”. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 2, 2. sem.

SWAIN, T. N. (2000), “Feminismos: Teorias e perspectivas”. **Revista Textos de história da pós-graduação em História da UnB**, v. 8, números 1-2.

SOUSA SANTOS, B.; MENSESE, M. P. (orgs.) (2010), **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. (2010), **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo.

SOUZA-LOBO, E. (2011), **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

TAYLOR, V.; RUPP, L. (1991), “Researching the Women’s movement: we make our own History, but not just as we please”. In: FONOW, M. M.; COOK, J. A. (Eds.) **Beyond Methodology: feminist scholarship as lived research**. USA: Indiana University Press.

TOMIZAKI, K. (2010), “Transmitir e herdar: os fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional”. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 327-346, abr.-jun. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em 2011.

WELLER, V. (2010), “A atualidade do conceito de gerações em Karl Mannheim”. **Sociedade e Estado** - v. 25, n. 2, Maio / Agosto, p. 205-224.